

# Educação Ambiental e Políticas Públicas: limites e possibilidades das práticas e da gestão

## Environmental Education and Public Policy: limits and possibilities of practice and management

Maria Arlete Rosa<sup>1(\*)</sup>  
Irene Carniatto<sup>2</sup>  
Wanderléia Aparecida Coelho<sup>3</sup>

### Resumo

Este artigo trata das práticas de educação ambiental formal, não formal e de gestão das políticas públicas municipais resultantes de pesquisas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação, a partir dos trabalhos apresentados no Eixo Temático *Educação Ambiental e Políticas Públicas* do XV Encontro Paranaense de Educação Ambiental, realizado em Guarapuava-PR, em 2015. Buscou-se indicar elementos para a reflexão dos limites e possibilidades presentes no conteúdo dos dez trabalhos apresentados no eixo referido. A temática dos resíduos sólidos está presente em quatro trabalhos; três trabalhos tratam da gestão de políticas públicas; um se refere à elaboração de políticas públicas; um sobre a formação e outro sobre ações de prevenção. Os trabalhos indicaram, em seus respectivos resultados, que a participação social se constituiu como determinante articulador das ações de educação ambiental. Com relação à gestão de políticas públicas foram identificados os seguintes problemas: mudança de representantes governamentais quando há alterações de gestão municipal; falta de paciência com o processo de construção coletiva dessa política; sobrecarga de atividades dos técnicos que atuam com educação ambiental, impedindo maior dedicação; falta de orçamento, engajamento, articulação, formação continuada e divulgação. Na gestão escolar constatou-se que a educação ambiental não estava inserida no Projeto Político Pedagógico da escola e faltava a continuidade das ações e dos projetos. Na gestão de proteção de mananciais evidenciou-se comprometimento da população nos cuidados de

- 
- 1 Dra.; Matemática; Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná -UTP/PR; Endereço: rua Sydnei Antonio Rangel Santos, 238, Santo Inacio, CEP: 82010-330, Curitiba, Paraná; E-mail: [mariaarleterosa@gmail.com](mailto:mariaarleterosa@gmail.com) (\*) Autor para correspondência.
  - 2 Dra.; Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Bacias Hidrográficas e Educação Ambiental da UNIOESTE-PR. Coordenadora do Centro Universitário de Estudos, Pesquisas e Extensão de Proteção e Desastre – CEPED UNIOESTE. [irenecarniatto@gmail.com](mailto:irenecarniatto@gmail.com)
  - 3 Pedagoga; Técnica da Companhia de Saneamento do Paraná, Sanepar, Assessoria de Educação Ambiental, Ministério Público do Paraná; Endereço: rua Marechal Deodoro, 1028, 11º Andar, Centro, CEP: 80060-010, Curitiba, Paraná, Brasil; E-mail: [wacoelho@mppr.mp.br](mailto:wacoelho@mppr.mp.br)

Recebido para publicação em 17/10/2016 e aceito em 27/10/2017

proteção e percepção de que as ações devem ser compartilhadas entre as instituições públicas. A educação ambiental não formal e a informal foram o campo de atuação de oito trabalhos e outros dois trataram da educação ambiental formal no âmbito da educação básica.

**Palavras-chave:** Práticas Educativas; Política Pública de Educação Ambiental; Educação Ambiental Formal e Não Formal.

## Abstract

This paper deals with the formal environmental education practices, non-formal and management of municipal public policies, results searches linked to Post Graduation Program, from the papers presented at the Thematic Axis of Environmental Education and Public Policy, the XV Paranaense Meeting Environmental Education, held in Guarapuava in 2015. It seeks to display elements for the thinking of the limits and possibilities present in the content of the ten papers presented in this Axis. The subject of solid wastes is present at four papers; other three dealing with public policy management; one on public policy development; another of formation and other about preventive actions. The papers showed as a result that social participation was constituted as a determining articulator of environmental education. At management of public policy problems were identified as: a change of government representatives with the change in municipal management; lack of patience with the process of collective building of this policy; activities overflow of technicians working with environmental education, preventing greater commitment; the lack of budget, commitment, articulation, ongoing education and dissemination. In the scholar management it was found that environmental education was not being inserted in the school Pedagogical Political Project and the lack of continuity of shares and projects. Non-formal and informal environmental education was the playing field of eight jobs and only two papers dealt with the formal environmental education within the framework of basic education.

**Keywords:** Educational Practices; Environmental Education's Public Policy; Formal and Non-Formal Environmental Education.

## Introdução

Este artigo sistematiza as práticas de educação ambiental formal e não formal, na gestão das políticas públicas, a partir dos trabalhos apresentados no Eixo Temático *Educação Ambiental e Políticas Públicas* do XV Encontro Paranaense de Educação Ambiental, realizado em Guarapuava-PR, em 2015. Buscou-se indicar

elementos para a reflexão de aspectos relacionados aos limites e às possibilidades, a partir dos resultados dos 10 trabalhos apresentados no eixo temático referido.

O Encontro Paranaense de Educação Ambiental, EPEA, é um dos eventos mais significativos para o fortalecimento da Educação Ambiental no estado do Paraná. Tem como objetivo congrega educadores, pesquisadores e

representantes dos diferentes setores da sociedade organizada com preocupações ambientais. Além disso, o evento viabiliza espaços de diálogo dos saberes, troca de experiências, vivências teóricas e metodológicas, e difusão de práticas sociais relacionadas à educação ambiental.

O EPEA é realizado desde 1998, com caráter itinerante, sendo cada edição sediada por uma das Universidades participantes e apoiadoras da Rede de Educadores Ambientais do Estado do Paraná, REA-PR. Na edição de 2015, a Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, com o apoio institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guarapuava, realizou o evento integrando, na mesma programação, o II Colóquio Internacional de Rede de Pesquisa em Educação Ambiental por Bacia Hidrográfica, o VI Colóquio de Pesquisadores em Educação Ambiental da Região Sul – CPEASul, o II Simpósio de Pesquisadores de Faxinais e, ainda, a III Semana Municipal de Meio Ambiente.

Sendo assim, registrou-se aproximadamente 750 participantes e 300 trabalhos científicos inscritos em cada um dos dez eixos temáticos, que foram: Educação Ambiental nos Espaços Escolares; Educação Ambiental e Políticas Públicas; Fundamentos Históricos, Epistemológicos, Teóricos e Metodológicos em Educação Ambiental; Formação de Educadores Ambientais; Educação Ambiental e Sustentabilidade; Recursos Didáticos em Educação Ambiental; Educação Ambiental, Mídias e Educomunicação; Educação Ambiental no Campo; Redes de Educação Ambiental;

Comunidades Tradicionais: Dinâmicas Sociais, Culturais e Ambientais.

Neste artigo foi sintetizado o resultado dos trabalhos inscritos no eixo *Educação Ambiental e Políticas Públicas*, sendo que foram realizadas 10 apresentações orais que abordaram a Educação Ambiental em âmbito formal e não formal. Nesse sentido, expressam o fortalecimento de práticas sociais como forma de participação social na perspectiva de valores e princípios de uma práxis educativa que venha contribuir para a formação e atuação dos indivíduos na solução de problemas socioambientais.

Como referências teóricas buscou-se apoio na abordagem de Sauv  (2005), ao tratar da cartografia das correntes de educa o ambiental, e de Layrargues e Lima (2014), ao abordarem a sistematiza o das macro tendências político-pedagógicas na educa o ambiental enquanto campo social.

## Material e métodos

Considerou-se, neste item, os dez artigos apresentados no eixo temático de Educa o Ambiental e Políticas Públicas, que foram analisados nos enfoques metodológicos mencionados no decorrer deste artigo. A perspectiva de pesquisa qualitativa foi adotada, utilizando como referência de análise a abordagem de preconcep o de ambiente e educa o ambiental de Sauv  (2005); Layrargues e Lima (2014).

Sauv  (2005, p. 17) elaborou um mapa como

síntese do “território” pedagógico denominado como cartografia das correntes em educação ambiental enquanto “estratégias de apreensão das diversas possibilidades teóricas e práticas no campo da educação ambiental”. Nesta pesquisa, agrupou-se proposições semelhantes em categorias ao relacionar e, também, ao distingui-las entre si, apresentando pontos comuns, oposição e complementaridade que as caracterizam, tendo como resultado a sistematização de quinze correntes de educação ambiental.

Assim, a partir da compreensão dessas quinze correntes em educação ambiental, caracterizadas por Sauv  (2005), foi possível sistematizar o conjunto dos dez artigos, conforme seus modos de conceber e praticar a Educa o Ambiental.

## **Resultados e discussão**

Neste item foram sistematizados os resultados e as discussões que tiveram como base os artigos selecionados para o Eixo Temático 2 – Educa o Ambiental e Políticas Públicas, do XV Encontro Paranaense de Educa o Ambiental – EPEA. Considerou-se aspectos relacionados   gestão de políticas públicas de educa o ambiental, em dois enfoques: o da gestão de políticas municipais de educa o ambiental; e o das práticas locais de educa o ambiental na implementa o de programas de gestão ambiental. Esses artigos tratam dos temas: políticas públicas municipais; educa o ambiental escolar; resultados de pesquisas vinculadas aos programas

de p s-gradua o; educa o ambiental em empresa privada e unidade de conserva o. A temática de resíduos sólidos esteve presente em quatro trabalhos; outros três trataram da gestão de políticas públicas; um sobre o processo de elabora o da política municipal de Educa o Ambiental; um sobre a forma o; e um sobre a contribui o da Educa o Ambiental na preven o   violência. A educa o ambiental não formal e informal foi o campo de atua o de oito trabalhos e dois trataram da educa o ambiental formal relacionada ao âmbito da escola de educa o básica.

A seguir, apresenta-se o resultado dos trabalhos, sistematizando os resultados e discussões, considerando dois aspectos: a gestão de políticas municipais de educa o ambiental e as práticas locais de educa o ambiental na implementa o de programas de gestão ambiental.

O artigo apresentado pelo Grupo de Trabalho em Educa o Ambiental do Município de Itajaí, GTEA/Itajaí, aborda políticas e programas locais de Educa o Ambiental, das autoras Susana Beatriz da Costa da Cunha e Eliane Renata Steuck. No artigo, elas tratam do processo de cria o do Grupo de Trabalho em Educa o Ambiental do Município de Itajaí, GTEA/Itajaí. Mostraram a atua o desse grupo na institucionaliza o da Educa o Ambiental no município, sua participa o na elabora o da Política Municipal de Educa o Ambiental e no Programa Municipal de Educa o Ambiental – ProMEA. O artigo analisou a participa o dos

atores institucionais ao sistematizar sua trajetória histórica na constituição do referido grupo de trabalho, suas atividades e desafios.

As autoras indicaram como resultados desse processo a realização de atividades de formação, em 2014, com os integrantes do Grupo de Trabalho, visando socializar e alinhar conceitos, conhecimentos e premissas da Educação Ambiental, como subsídios para a construção do Programa Municipal de Educação Ambiental. Nessas atividades 80% das instituições foram representadas.

Essas autoras destacaram os esforços necessários na formação dos sujeitos que atuam nas políticas e programas, uma vez que, por si só, não se apresentam como suficientes, embora sejam necessárias. Essa formação abordou temas como os fundamentos e as políticas públicas de Educação Ambiental e realizou oficina para a construção do ProMEA. Teve como resultado a construção de um documento-base preliminar, que subsidiou o debate, realizado em 27 encontros. Também foi contratada uma consultoria técnica pelo poder público municipal para a conclusão do texto do ProMEA, que foi disponibilizado para consulta pública *on-line* e para encontros temáticos com a comunidade, sendo realizada a apresentação final desse texto em um evento de validação pública.

As autoras, ao concluírem, indicaram os desafios para a implementação da política municipal de Educação Ambiental por parte do referido Grupo de Trabalho, como: problemas relacionados à participação dos representantes do

poder público municipal diante das mudanças dos gestores municipais; a dificuldade de participação de representantes das organizações não governamentais; falta de paciência daqueles participantes que cobram por resultados rápidos, práticos, valoráveis e quantitativos. As autoras destacaram que os processos participativos e de construção coletiva, em interface com a gestão pública, costumam ser lentos, com resultados de longo prazo e difíceis de serem demonstrados.

Outro aspecto destacado nesses desafios diz respeito ao reduzido número de técnicos dedicados à Educação Ambiental, ou à causa ambiental, que acumulam um significativo volume de atividades correlatas e paralelas, impedindo uma maior dedicação à Educação Ambiental. Soma-se a isso, ainda, os desafios no âmbito da gestão institucional relacionados ao orçamento, engajamento, articulação intra e interinstitucional, formação continuada, comunicação e divulgação.

Destacam, as autoras, que o educador ambiental, mesmo diante de tantos desafios, sabe valorizar o “processo” e acredita nas pessoas e nas instituições.

O artigo *Escola do campo como espaço educador sustentável: breve análise das escolas do município de Itajaí*, apresentado pelos autores Eliane Renata Steuck, Raquel Fabiane Mafra Orsi, Antônio Fernando Silveira Guerra, Priscila Leite e Andréa Carneiro da Costa de Souza, tratou sobre a gestão da Educação Ambiental. Esse trabalho faz parte do diagnóstico elaborado para o Plano Municipal de Educação de Itajaí. Os autores buscaram apresentar o contexto dos desafios na transição

dessas escolas para um espaço educador sustentável.

A pesquisa documental teve como fontes o Censo Escolar, o INEP, a Secretaria Municipal de Educação e Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas do Campo, que foram sistematizados nas seguintes categorias: Gestão, Currículo, Infraestrutura e Relação Escola-Comunidade; conforme consta no Programa Nacional de Escolas Sustentáveis.

A pesquisa de campo foi realizada em doze escolas do campo do município referido e constatou os seguintes resultados destacados no artigo: o Projeto Político Pedagógico, PPP, identificou a redução da atividade agrícola no município; apenas nove escolas tiveram acesso aos recursos disponibilizados aos projetos e ações para a escola sustentável; os gestores reconheceram que realizam uma gestão democrática, tendo a participação da comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem e nas decisões e funcionamento da organização educacional. Quanto à educação ambiental, não foram identificadas ações de continuidade voltadas à sustentabilidade socioambiental; uma das escolas somente apresentou em seu PPP aspectos relacionados à Política Nacional de Educação Ambiental; não foram identificadas condições de sustentabilidade no espaço físico da escola, como: existência de cisternas, aquecedores solares, luminosidade dos espaços, consumo de energia elétrica e água, conforto térmico e acústico, entre outros.

Em síntese, não foram identificados projetos

e ações socioambientais diferenciados e adequados à realidade das escolas do campo, reproduzindo as práticas realizadas nas escolas urbanas. Apesar de as escolas receberem recursos do Programa Escola Sustentável e Água, não foram identificadas ações e projetos com abordagem de sustentabilidade.

O artigo que trata da utilização da compostagem no paisagismo urbano, olericultura e fruticultura pela rede de ensino no município de Vera Cruz do Oeste foi apresentado pelas autoras Silvia Maccari, Luana Salette Celante, Gláucia Dias Tervizan e Marli Maccari Corso. O trabalho teve como objetivo promover a sensibilização da população para valorizar a importância do paisagismo urbano, da arborização e das árvores na composição urbana como elemento significativo no paisagismo da cidade. Os resultados do trabalho indicaram que as atividades de compostagem doméstica contribuíram para: redução do volume de lixo orgânico e ampliação da vida útil do aterro sanitário; manutenção do viveiro municipal com a produção e adubação das espécies por meio da produção de aproximadamente 900 kg/mês de adubo de boa qualidade, sendo utilizado em hortas e pomares caseiros, mudas ornamentais, frutíferas e olerícolas, que foram produzidas e plantadas nas escolas e comunidade escolar. O trabalho também possibilitou o fortalecimento de ações relacionadas à coleta seletiva *Vera Cruz Mais Limpa*, a ecopedagogia e a segurança alimentar e nutricional. Esses resultados constituíram-se, portanto, como contribuição dessas práticas de educação ambiental para melhorias no paisagismo

urbano.

No artigo sobre o papel da educação ambiental crítica na tutela legal da fauna silvestre, as autoras Greici Maia Behling e Vanessa Hernandez Caporlingua indicaram resultados parciais de pesquisa de doutorado em andamento, vinculada ao Grupo de Pesquisa Direito e Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande, tendo por finalidade realizar uma reflexão sobre o Direito Penal Ambiental, relacionado à proteção da fauna silvestre e à contribuição da Educação Ambiental (EA) Crítica em ações para diminuir os crimes contra a fauna. Os resultados apresentados neste trabalho indicaram que ocorre grave engano na percepção da sociedade ao entender como de menor importância os direitos relacionados ao meio ambiente em comparação aos outros, considerando, ao se tratar dos crimes contra a fauna, que os animais não podem representar a si mesmos, embora estejam amparados pela amplitude e extensão do objeto de tutela do Direito Ambiental.

As autoras defendem: a necessidade de transformação de paradigma na tutela da fauna como diretriz central na formulação de políticas de prevenção que se fundamentem em valores éticos e humanos e que estejam destituídas de interesses econômicos ou utilitário; as contribuições da Educação Ambiental numa perspectiva ampliada quanto à preservação e promoção dos valores ambientais, de modo que tenham significado para o sujeito no conjunto dos direitos e deveres essenciais de uma sociedade; a necessidade de se

desenvolver a compreensão crítica de realidade ambiental, por meio da Educação Ambiental, como possibilidade efetiva para os cidadãos adquirirem um posicionamento de maior respeito pelo meio ambiente e pelos animais, não havendo necessidade de aplicação de instrumentos, tendo maior efetividade as implicações legais.

As políticas públicas e o gerenciamento de resíduos são abordados no artigo que trata da problemática dos resíduos sólidos recicláveis para a gestão pública municipal, dos autores Raiza Tavares Pedroso, Fabiano Martins Rosa e Cintia Cristiane de Andrade, que teve como objetivo analisar a problemática na política de gestão de resíduos sólidos no município de Alto Paraná, Paraná. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e coleta de dados de campo, com a realização de vinte entrevistas semiestruturadas com a população e uma entrevista com o Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Como resultados os autores indicaram: a insatisfação da população com os serviços de limpeza pública, com problemas relacionados ao lixo depositado de forma dispersa pelas ruas da cidade e ineficiência nas ações de coleta seletiva realizada pela administração municipal; a contradição entre as informações coletadas com o Secretário Municipal, ao afirmar que a coleta seletiva de material reciclável era realizada em dias alternados; confirmação de falhas na gestão da política de resíduos sólidos do município, com baixa adesão da população pelo desconhecimento do cronograma de realização de coleta de material reciclável; necessidade de promover ações de

incentivo e conscientização, por meio da informação e educação ambiental, no sentido de aumentar o volume de resíduos recicláveis. Em síntese, os resultados indicam a falta de interesse da população pelas questões ambientais, a falta de planejamento municipal com relação à gestão de resíduos sólidos e ao programa de coleta seletiva desenvolvidos pelo município.

As políticas públicas, a educação ambiental e o gerenciamento de resíduos foram temáticas apresentadas no artigo sobre o gerenciamento de resíduos sólidos no município de Tupãssi, pelos autores Lianne Mayara Pezenti Crespão, Suellen Monike Fiori, Andressa Giombelli Rosenberger, Marina Giombelli Rosenberger, Guilherme Miola de Castro e Mariane Silva Gomes Corrêa, no qual abordaram os impactos ambientais gerados pelos resíduos sólidos e sua disposição incorreta, conforme estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Os autores desse trabalho indicaram os seguintes resultados: ocorrência de diferença no volume de material reciclável coletado entre os dias destinados para este tipo de coleta, sendo que o volume coletado nas terças-feiras era superior ao coletado nas quintas-feiras, em que a média de material coletado por dia era de 1,57 toneladas; constatou-se que 25% destes materiais eram descartados por não serem recicláveis, sendo o restante, 75%, constituído por 47% de papéis, 26% de plásticos, 16% de metais e 11% de vidros; a venda desses materiais gerava o valor de R\$ 3.126,00, sendo que cada associado recebia o valor médio de R\$ 781,50.

Foram realizadas atividades de monitoramento dos resíduos gerados pela população com destinação ao aterro sanitário, apoiando-se nas ações de educação ambiental em que foram realizadas análises gravimétricas que permitiram avaliar a eficácia dessa coleta seletiva. Observou-se que as quantidades de material orgânico e rejeito superavam as quantidades de outros materiais. Constatou-se, como resultado, que as ações de coleta seletiva incentivadas pelo município, apresentaram resultados favoráveis, sendo que no mês de dezembro ocorreu uma diminuição significativa de material reciclável encaminhado ao aterro sanitário. Atribui-se essa diminuição aos trabalhos de educação ambiental realizados no município no decorrer do mês de novembro. Como resultado, houve aumento do volume de resíduos orgânicos gerados neste mesmo período, aumentou a arrecadação monetária da ACARMATU, com o aumento nas pesagens de resíduos sólidos, indicando a mesma tendência.

Os resultados mostram que as políticas públicas implantadas, bem como as atividades de educação ambiental realizadas, são fatores que interferem diretamente na participação da população nos projetos ambientais do município e, conseqüentemente, no gerenciamento de resíduos sólidos dele. Os resultados desse trabalho de pesquisa possibilitaram constatar que o gerenciamento de resíduos sólidos no município de Tupãssi, Paraná, apresentou uma relação direta entre as políticas públicas implantadas e as atividades de educação ambiental realizadas, tendo a participação da população como determinante



significativo nos projetos ambientais. Tais resultados indicam que as políticas públicas de gestão de resíduos sólidos do município devem ser fortalecidas e que deve haver continuidade das atividades de educação ambiental na perspectiva de reafirmá-las. Fato que reafirma que uma mudança de paradigma exige a interação entre as esferas pública, educacional e social.

As autoras Mariele Mucciatto Xavier, Janaina Matinc Claro e Tainara Suelen Zandona, em seu artigo sobre práticas locais de sustentabilidade, apresentam resultados relacionados às práticas de educação ambiental, não formal, realizadas na área do Parque Nacional do Iguaçu. A área deste Parque está inserida nas Cataratas do Iguaçu, localizada no município de Foz do Iguaçu, tendo uma extensão de 185 mil hectares, representando significativa parte da floresta remanescente de Mata Atlântica no estado do Paraná. Registra-se que nessa área do Parque Nacional do Iguaçu ocorreram diferentes conflitos, como a extração ilegal de palmito, práticas de caça e uso de áreas proibidas, entre outros, que dificultam a regularização legal de criação deste Parque como uma Unidade de Conservação, sendo um conflito ainda não resolvido a construção da Estrada do Colono. Destaca-se que tais conflitos dificultaram o cumprimento dos objetivos da regularização legal de criação desse Parque como uma unidade de conservação.

Diante disso, em 2000, foi criada a Escola Parque como tentativa de ação de educação ambiental de abordagem crítica, dialógica e

emancipatória, visando melhorar a relação com a comunidade e o entorno do Parque Nacional do Iguaçu. As atividades de educação ambiental realizadas pela Escola Parque estão direcionadas para os 14 municípios do seu entorno. Assim, são realizadas atividades em projetos para os visitantes, comunidade escolar e lideranças comunitárias, tendo como objetivo fortalecer a participação na gestão e proteção deste espaço protegido do Parque Nacional do Iguaçu ao buscar diminuir as relações de conflito da região.

Os resultados apresentados nesse artigo indicam que no período de quinze anos foi possível implantar duas bases da Escola Parque em municípios do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, fato que evidencia o êxito dos projetos e atividades de educação ambiental que foram desenvolvidos com o objetivo de se constatar melhorias nas relações de participação da comunidade e na gestão dos conflitos desse espaço protegido. Assim, destacam-se os trabalhos e práticas socioambientais desenvolvidos pelos professores, que buscaram fortalecer a participação dos alunos e da comunidade escolar no Conselho Gestor do Parque Nacional do Iguaçu, o que possibilitou ações de empoderamento das lideranças locais na tomada de decisão e no exercício da cidadania, constatado pela participação desses atores sociais no Conselho Gestor e no registro de um número expressivo de visitantes nas atividades da Escola Parque.

Os resultados alcançados demonstram que as ações de Educação Ambiental de forma continuada, enquanto processo de aprendizagem,

geram mudanças significativas de valores e atitudes, ao aliar conservação da natureza, participação social e exercício de cidadania. Concluem as autoras que a Educação Ambiental deve ser um processo contínuo para que a Escola Parque tenha a possibilidade de perenidade de seus projetos. Para tanto, as autoras apontam que os principais desafios estão relacionados à garantia de destinação de recursos humanos e financeiros, parcerias com os municípios do entorno e concessionárias que atuam na área.

O artigo que aborda da Percepção Ambiental de Colaboradores de uma Empresa Privada de Guarapuava, PR e região, sobre a Temática “resíduos sólidos”, dos autores: Dieli de Paula Slompo; Juliana Mara Antônio, Daniely Bini dos Santos, João Fernando Ferrari Nogueira, Adriana Massâ Kataoka e Ana Lucia Suriani Affonso, buscou compreender a relação dos seres humanos com a natureza no contexto da realidade socioambiental, sendo condição necessária para planejar ações de transformação da realidade. Para tanto, esse trabalho investigou a percepção da temática *Resíduos Sólidos*, dialogando com a legislação. A investigação valeu-se dos procedimentos metodológicos de abordagem quantiquantitativa para a coleta de dados, em que foi utilizado questionário semiestruturado aplicado para 44 sujeitos participantes da pesquisa.

Esse trabalho indicou como resultado que os sujeitos da pesquisa possuíam conhecimentos conflitantes sobre a atual legislação, fato que demonstrou a necessidade de se realizar atividades de Educação Ambiental na empresa, visando

transformar a realidade observada pelos seus colaboradores. As indagações mencionadas pelos entrevistados estavam relacionadas ao conhecimento em relação aos resíduos sólidos considerados perigosos e sobre o local adequado no município para a disposição final de tais resíduos, como um “lixão” ou aterro sanitário. Constatou-se que a maioria dos colaboradores dessa empresa, sujeitos da pesquisa, consideraram como resíduos perigosos: baterias, medicamentos vencidos, eletrônicos, agrotóxicos e pilhas. Um número pouco expressivo mencionou lâmpadas, alumínio e cobre. Quanto ao conhecimento desses colaboradores sobre o local de disposição final dos resíduos no município, apenas 29,55% afirmaram a existência de um aterro sanitário como local para a deposição dos resíduos da cidade, enquanto outros 36,36% afirmaram a existência de “lixões” como local de destinação final dos resíduos do município. Apenas um terço mencionou que desconhecia o destino dado aos resíduos ou rejeitos gerados na cidade.

Também foi investigado, em livre resposta desses sujeitos, o seu conhecimento em relação aos materiais que não deveriam ser destinados aos aterros sanitários, evidenciando opiniões não consensuais e a falta de clareza quanto à diferença entre resíduo e rejeito. Como resultado, as autoras indicaram a potencialidade da pesquisa realizada para subsidiar um diagnóstico, indicando ações para futuros projetos de educação ambiental não formal, no sentido de esclarecer os equívocos apresentados pelos sujeitos dessa pesquisa em relação à nova Política Nacional de Resíduos

Sólidos, possibilitando que as práticas individuais e coletivas sobre a temática sejam realizadas numa perspectiva de transformação da realidade.

O artigo intitulado *Interlocuções necessárias para os processos formativos: prevenção à violência in loco com a educação ambiental*, apresentado pelas autoras Eliane Lima Piske, Maria Angela Mattar Yunes e Ângela Torma Pietro, tratou do Projeto Prevenção à Violência, que integra as ações do Programa Centro de Referência em Apoio às Famílias (CRAF/FURG), localizado na cidade de Rio Grande. O trabalho apresentou como objetivos: discutir e refletir sobre as formas de violência; capacitar acadêmicos para desenvolver ações de pesquisa, ensino e extensão; mobilizar ações com famílias e profissionais que compõem a rede de atendimento; promover reflexões e diálogos sobre as mais diversas formas de violência praticadas no contexto socioambiental.

Assim, os resultados indicados nesse trabalho foram: adoção e formação na perspectiva metodológica de Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano<sup>4</sup>, em que os ambientes são analisados em quatro tipos de sistema, que se relacionam entre si: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema; desenvolvimento de parcerias entre acadêmicos e profissionais que compõem a rede de atendimento social. Foram realizadas atividades de capacitação dos profissionais e educadores sociais das entidades de acolhimento, visando empoderar a compreensão dos participantes, por meio de atividades de formação para a construção do seu próprio conhecimento, para que se tornassem

multiplicadores quando se trata do cuidado para com o outro e consigo mesmos. Também foram desenvolvidas atividades nas quais priorizaram-se as habilidades, potencialidades e respeito à integridade, aos valores morais e culturais; sendo imprescindível dar voz e vez aos profissionais, acadêmicos e familiares, para evitar, assim, a repressão e o controle social. Houve a formação do Grupo de Prevenção à Violência para desenvolver parcerias, visando mobilizar e ampliar a atuação profissional de modo que todos os atores sociais fossem protagonistas de suas ações. Também buscou-se fortalecer a compreensão sobre a necessidade de realização de um trabalho interdisciplinar entre as instituições que compõem a rede de atendimento para a prevenção da violência, sendo o trabalho em rede determinante para que os atores sociais atuem na perspectiva da prevenção dos direitos fundamentais, convivência pessoal, política, social e ambiental.

O artigo *O rio como manancial de abastecimento na percepção de moradores da Bacia do Rio Capivara, São João, Paraná*, foi apresentado pelos autores Marilucia Cyrino Rodrigues e Julio Caetano Tomazoni. O objetivo do estudo foi analisar a percepção de moradores da microbacia do Rio Capivara, abordando o significado da importância do manancial de abastecimento para os moradores desse município. O estudo investigou a percepção ambiental por meio de entrevistas com os moradores, considerando, para análise dos depoimentos, os elementos indicados na regulamentação vigente<sup>5</sup>.

Os resultados desse estudo demonstraram o

reconhecimento e a sensibilidade dessa população acerca dos problemas das águas no mundo e relacionaram-nos com situações comuns vivenciadas na microbacia do Rio Capivara. Constatou-se que todos os trinta moradores entrevistados, sujeitos da pesquisa, reconhecem o Rio Capivara como microbacia de manancial de abastecimento da cidade. Foi possível desenvolver atividades em que esses moradores se apropriassem de conhecimentos sobre os valores, significados históricos e ações responsáveis pelo manejo da microbacia, tanto para a melhoria de suas condições como para a manutenção da qualidade da água. Desse total de moradores participantes da pesquisa, registrou-se o perfil social: 53% homens e 47% de mulheres; idades entre 22 a 84 anos; 57% não concluíram o ensino fundamental; 93% são proprietários da terra; 44% constituído por dois membros na família e 23% por três membros.

A pesquisa sobre a caracterização das condições de abastecimento da cidade indicou como resultado que o acesso à água era obtido de fontes próprias protegidas<sup>4</sup> e que o sistema comunitário de abastecimento era tratado com clorador. Quanto às condições de saúde, registrou-se, pela afirmação dos entrevistados, que 17% destes apresentaram a incidência de doenças,

---

4 Esta metodologia foi desenvolvida por Bronfenbrenner (1979).

5 Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conama, nº 357/2005.

6 O modelo adotado para a proteção da fonte é do tipo Caxambu para 76% dos entrevistados.

como casos de câncer, problemas de fígado e intoxicação. Destaca-se que, mesmo não sendo possível obter comprovação médica da causa de tais doenças, os moradores relacionam tais problemas de saúde ao uso crescente de agrotóxicos nos últimos anos no município. Afirmam, ainda, que as medidas e iniciativas de gestores para reduzir o uso de agrotóxico e a divulgação de dados de contaminação das águas são tímidas e pontuais, vindo a comprometer o abastecimento com riscos eminentes de desabastecimento da população desse município. Quanto aos resíduos sólidos, 80% dos entrevistados indicaram que os resíduos orgânicos são agregados ao solo, para produção de hortaliças e frutas, ou na alimentação de animais domésticos. Já os resíduos recicláveis são coletados em 57% das propriedades, 33% fazem queima e 7% vendem para atravessadores esse material coletado.

Quanto à participação em projetos de educação ambiental, 90% dos entrevistados, afirmaram serem favoráveis à realização de tais projetos. Os proprietários de áreas rurais, que representavam 69% dos entrevistados desse estudo afirmaram que, na condição de proprietários de áreas rurais, tiveram iniciativas para adequar as condições de suas propriedades, com, por exemplo, a melhoria nos estábulos, bebedouros para gado, cerca para proteção da mata ciliar, destinação de resíduos sólidos, controle e destinação de embalagens de agrotóxicos, entre 2009 a 2012, por incentivo das ações desenvolvidas pelo projeto de educação ambiental.

Para 90% dos entrevistados foi positivo o

processo de modernização agrícola pelos benefícios e facilidades para o cultivo mecanizado, com a redução do trabalho braçal, manejo do solo e controle da erosão com o plantio direto. No entanto, afirmaram que esse processo trouxe danos à saúde do agricultor e ao meio ambiente, principalmente com a contaminação da água. Os resíduos de agrotóxicos são careados para o manancial pela condição do relevo da bacia, da deficiência de práticas de manejo de solo e ocupação da faixa de mata ciliar.

A legislação ambiental foi mencionada como necessária por 93% dos entrevistados, que concordam que os abusos ao meio ambiente devem ser coibidos. Ressaltaram que a fiscalização ambiental com sanções deve ser aplicada para grandes e pequenos produtores, sendo que a lei deve compensar financeiramente os produtores que desenvolvem ações de proteção ao meio ambiente, como a redução de suas áreas de cultivadas.

A condição do Rio Capivara como manancial de abastecimento urbano de São João foi reconhecida por 100% dos entrevistados, sendo que desses, 90% citaram práticas cotidianas relacionadas ao uso e ocupação do solo que comprometem o rio, em decorrência da contaminação e perda de qualidade da água.

Nos relatos dos pesquisados, os agricultores compreendem que são praticadas atividades agrícolas extensivas, com aumento do uso de agrotóxicos e aplicação de alto índice de agroquímicos na produção. Justificam que atualmente não concebem outro modelo que

viabilize a produção e que os mantenha no campo, mesmo diante da sensibilidade e preocupação com a contaminação da água,

Em relação aos usos da água do Rio Capivara, os resultados da pesquisa constataram que 37% desse uso destinava-se à dessedentação de animais; 10% para irrigação; 3% para abastecimento de pulverizadores; 3% para consumo humano; sendo que 44% dos entrevistados não fazem outros usos da água.

Na gestão de ações compartilhadas quanto às responsabilidades na proteção do Rio Capivara, os entrevistados afirmaram que atuam em parceria com diferentes instâncias governamentais, como as ações que eram desenvolvidas, de forma conjunta, com o Poder Público Municipal e a Empresa Brasileira de Extensão Rural, EMATER, que atua na área rural do território da bacia desse rio e desenvolve atividades de orientação e apoio aos agricultores; e com a Companhia de Saneamento do Paraná, Sanepar, que utiliza esse rio como manancial de abastecimento da população urbana do município.

Quanto à percepção dos entrevistados a respeito do significado do Rio Capivara em relação às suas propriedades, esses mencionaram aspectos como: “fica desanimado quando vê tudo o que está acontecendo e que brincou no rio, mais não deixaria o filho brincar por causa das atuais condições do rio”; que “o rio é importante e fresquinho e passa perto de sua casa”; que “a água seja de onde for é sagrada e o rio também, sendo contra quem derruba o mato da beira do rio e dos morros”; que “o rio traz vida e muita coisa boa,

sempre por perto tem algum bichinho e passarinhos”; que “as coisas estão muito erradas e que a contaminação em vez de ser combatida cresce e prejudica cada vez mais a qualidade da água”.

Destaca-se que os mananciais de abastecimento da região Sudoeste do Paraná, entre eles o Rio Capivara, estão localizados em áreas de produção agropecuária e são suscetíveis à poluição e contaminação das águas. Os moradores entrevistados lembraram dados históricos do processo de ocupação da bacia e as consequências do modelo de produção que alterou as paisagens naturais para atender as exigências e condições do mercado. A ocupação de área de proteção permanente e de restrição ambiental está inserida na lógica do modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro em que a cultura dominante atribuiu privilégios à produtividade em detrimento do contexto ambiental.

Em síntese, as autoras consideram que os resultados apresentados nesse estudo possibilitaram aproximar a compreensão da realidade socioambiental da microbacia do manancial do Rio Capivara, fornecendo subsídios para planejar ações de educação ambiental e de preservação desses recursos hídricos.

## **Considerações finais**

Neste artigo buscou-se indicar elementos para a reflexão dos limites e possibilidades presentes no conteúdo dos dez trabalhos apresentados no Eixo Temático *Educação*

*Ambiental e Políticas Públicas* do XV EPEA. Desses dez trabalhos analisados, quatro trataram da educação ambiental formal, sendo dois artigos relacionados à educação ambiental e à educação básica e dois artigos relacionados à educação ambiental no ensino superior. Sistematizaram resultados de pesquisas vinculadas aos programas de pós-graduação. Outros seis artigos trataram da educação ambiental não formal e abordaram temas relacionados à gestão de resíduos sólidos, gestão de mananciais e gestão em unidade de conservação.

No âmbito da educação ambiental formal os resultados apontam a necessidade de aprofundar as pesquisas de Educação Ambiental nas escolas do campo, a fim de se compreender melhor os elementos da realidade vivida em busca de encontrar soluções que valorizem aspectos de dimensão cultural nessa modalidade educativa. O mesmo ocorre com o artigo que apresentou a prática de compostagem, que inclui a educação formal como estratégia de ação para contribuir com a gestão ambiental do município, mas que não a promove, necessariamente, na dimensão curricular. Nos artigos oriundos dos programas de pós-graduação os resultados são mais pragmáticos, apresentando uma compreensão sistêmica e conferindo maior reflexão quanto à integração das dimensões políticas das situações apresentadas.

Destaca-se que a pretensão do eixo temático estudado foi a de proporcionar um espaço para o debate sobre a importância da integração das políticas públicas ambientais e da política de educação ambiental, e de que modo essa interação

reflete um projeto de sociedade, expressa pelas características das macrotendências de educação ambiental. Nesse sentido, identificou-se que a educação ambiental ainda está caracterizada como uma “ferramenta” de gestão dos recursos naturais relacionada a variados temas, considerados como ambientais. A dimensão sistêmica, inter, multi e transdisciplinar, o diálogo dos saberes, a visão complexa da questão ambiental, a partir das interações dinâmicas entre ambiente, cultura e sociedade, ao se considerar as influências políticas nessas relações, são pouco tratadas nos artigos apresentados; fato que suscita reflexões sobre a necessidade de se desenvolver processos contínuos de formação que abordem a Educação Ambiental numa perspectiva emancipatória e transformadora e que possam assegurar o cumprimento de seus princípios e objetivos, conforme a perspectiva da macrotendência crítica.

Considera-se que as possibilidades estão indicadas por aspectos pontuais articuladores no âmbito de um enfoque crítico nos trabalhos apresentados nesse eixo temático. Assim, a participação social constitui-se como relevante aspecto articulador das práticas de educação ambiental, indicando um espaço de possíveis questionamentos e de críticas às políticas públicas no campo das relações do direito e da cidadania. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos que trataram de resíduos sólidos e das atividades de educação ambiental que buscaram contribuir para a ampliação do conhecimento da população sobre cuidados necessários com a proteção e preservação ambiental, em que a participação social foi

mencionada como elemento de potencial crítico, embora relacionado à atividade de gestão de uma pauta no âmbito da gestão de passivos ambientais *marron*.

Na gestão escolar, constatou-se que a educação ambiental não estava inserida no Projeto Político Pedagógico das escolas, registrando-se dificuldades na continuidade das ações e dos projetos de educação ambiental na escola. Na gestão de proteção de mananciais, evidenciaram-se atitudes da população ao se comprometer com cuidados na proteção do rio, e, também, na percepção quanto à necessidade de se desenvolver ações compartilhadas entre as instituições públicas na proteção dos mananciais, a exemplo da empresa de saneamento, responsável pela exploração do manancial. Na elaboração de política pública foram identificados problemas quanto: à mudança de representantes governamentais com a troca na gestão municipal; à falta de paciência com o processo de elaboração desta política de construção coletiva; à sobrecarga de atividades daqueles técnicos que atuam com educação ambiental, impedindo maior dedicação; à falta de orçamento, engajamento, articulação, formação continuada e divulgação.

Tais aspectos de possibilidades identificados nesses trabalhos não são suficientes para reconhecer um alinhamento teórico-metodológico aos elementos que constituem o campo da macrotendência crítica.

Considera-se um distanciamento das práticas de educação ambiental situadas num campo de tendências conservadoras e pragmáticas,

mesmo diante de uma política de educação ambiental de conteúdo e concepção emancipatória e crítica. Observou-se uma grande necessidade nos trabalhos apresentados de desenvolvimento de características de uma educação ambiental de abordagem crítica, como fundamento dos processos de formação continuada, no avanço e êxito das práticas e na gestão de políticas públicas.

De um modo geral, os artigos abordam a concepção de educação ambiental como uma “ferramenta” de resolução de problemas ou de gestão ambiental, sendo o caso dos trabalhos que tratam sobre as temáticas de resíduos sólidos e gestão dos recursos hídricos. Cada um desses trabalhos apresentados no eixo em análise, embora tenham adotado estratégias diferentes em sua implementação e resultados, apresentaram a l i n h a m e n t o à c o r r e n t e conservacionista/recursista. Essa corrente centra suas ações na conservação dos recursos naturais, tanto nos aspectos da qualidade quanto da quantidade. Trata-se da abordagem de educação ambiental voltada para a conservação, gestão ambiental, escassez dos recursos e impactos decorrentes desta escassez.

Nos artigos que trataram da educação ambiental formal, ainda que apresentassem uma abordagem de proximidade sistêmica, ao se considerar os aspectos da prática, constatou-se que abordaram os temas tratados de modo superficial no que se refere às dimensões sociais e culturais presentes nessa modalidade de educação ambiental, sendo que se limitaram à reprodução desse enfoque dominante dos temas ambientais.

Desse modo, constata-se uma sobreposição das correntes conservacionistas, recursista e resolutive, caracterizando-se um “meio ambiente” que apresenta um conjunto de problemas e que necessita do desenvolvimento de habilidades voltadas para resolvê-los.

A corrente naturalista também é identificada no trabalho desenvolvido em unidades de conservação, apresentando aspectos significativos da corrente conservacionista. Nessa perspectiva, as ações de educação ambiental são caracterizadas pelo enfoque educativo de conexão do ser humano com a natureza; reconhecem seu valor intrínseco e a importância dessa conexão para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos de cuidado com a vida. Essa concepção privilegia a realização de práticas no meio natural, explorando o enfoque vivencial, a fim de proporcionar aos sujeitos a compreensão dos fenômenos ecológicos e o estímulo ao vínculo com a natureza.

As correntes humanistas, moral/ética e crítica social são identificadas nos trabalhos que abordaram a educação ambiental como mecanismos para a redução de crimes contra a fauna e para a prevenção da violência. A conjunção dessas correntes traz consigo a oportunidade de refletir acerca dos reais propósitos a serem alcançados na construção de um projeto de sociedade. Tais correntes enfatizam a dimensão humana do meio ambiente e sua complexidade, presente na integração da natureza e da cultura. Nessas correntes o ambiente é entendido como um meio de vida, sendo “a trama da própria vida”, em que se encontram natureza e cultura; é o “lugar da



consciência planetária e cósmica”, é o espaço de interdependência das relações socioambientais e da articulação das dimensões históricas, culturais, políticas e econômicas. Nessa direção, a corrente humanista enfatiza a dimensão humana do meio ambiente, a diversidade cultural, e procura desenvolver um sentimento de pertencimento que, por sua vez, desenvolva um senso de responsabilidade comum no cuidado com a vida. Na corrente moral/ética, por sua vez, trata-se de desenvolver uma consciência moral de valores e comportamentos éticos com o meio em que se vive. E, por fim, a corrente crítica social baseia-se na teoria crítica das ciências sociais com a análise das dinâmicas socioambientais e de seus problemas; busca indagações, estabelece relações e caminha na perspectiva de encontrar soluções que proporcionem mudanças profundas na realidade vivida. Caracteriza-se por fortalecer aspectos de empoderamento e libertação da matriz ideológica dominante.

Nesse contexto, as contribuições de Sauv  (2005) evidenciam a necessidade de se compreender a concepção de meio ambiente abordada, a intenção central e o enfoque das práticas de Educação Ambiental, sendo que são esses os parâmetros que definem a natureza da corrente de Educação Ambiental adotada e, por conseguinte, seus resultados para a melhoria das condições de vida no e para o planeta.

Desse modo, as mudanças estruturais e efetivas que um projeto de sociedade requer apontam para a formação continuada de educadores, técnicos e gestores públicos, no

sentido de desenvolver uma visão crítica da relação com o mundo, incorporando as questões culturais, sociais, econômicas, políticas e históricas.

Logo, as referências desenvolvidas pela autora, possibilitam o conhecimento e a conciliação da diversidade de teorias e práticas de Educação Ambiental, no sentido de identificar os limites e possibilidades que esta pode proporcionar.

Nessa perspectiva, os artigos apresentados, em si, buscaram indicar os desafios para superar a visão fragmentada da Educação Ambiental como um instrumento, ferramenta ou estratégia a serviço da gestão ambiental. Trata-se de promovê-la como um projeto de humanidade e sociedade, na busca para integrar todos os saberes, articular os diversos setores, incluir a diversidade humana e apontar possíveis soluções coletivas que superem as contradições existentes, visando a promoção da vida.

Contribuem, nesse sentido, para ampliar a compreensão de educação ambiental, autores como Layrargues e Lima (2014, p. 23-40), que consideram a educação ambiental na perspectiva de noção de campo social<sup>7</sup>, como sendo “composta por uma diversidade de atores, grupos e instituições sociais que compartilham um núcleo de valores e normas comuns”. Nesta compreensão

---

7 Os autores utilizam a noção de campo social de Bourdieu, na qual pressupõe-se “um espaço plural de agentes sociais e de posições conceituais e políticas que disputam entre si a definição de regras de funcionamento, da cultura e de valores legítimos e reconhecidos por todos os integrantes de um determinado universo”.

da educação ambiental, trata-se das diferenças presentes neste campo social demarcado por aspectos que buscam respostas para dois objetivos: de ordem analítica, para discriminar, classificar e interpretar fenômenos e processos, assim como para compreender a autorreflexividade deste campo; de ordem política, que aborda as diferenças, interesses e valores que inspiram tendências político-pedagógicas. Ainda, essa noção agrega ideias de pluralidade, diversidade, disputa; agrega a existência de movimento e coexistência destas tendências, que disputam a dinâmica de hegemonia como direito de orientar os rumos da práxis. Para analisar esta dinâmica, indica a emergência das macro-tendências político-pedagógicas conservadora, pragmática e crítica da Educação Ambiental. Sendo que as macro-tendências conservacionista e pragmática expressam “dois momentos de uma mesma linhagem de pensamento que foi se ajustando às injunções econômicas e políticas”

Em síntese indicativa, conclui-se que a macro-tendência conservacionista expressa práticas relacionadas a uma “pauta verde”, enquanto que a pragmática trata do campo de práticas relacionadas a uma “pauta marrom”, como medida de adaptação a uma nova realidade social, econômica e tecnológica, tendo um traço comum de “omissão dos processos de desigualdade e injustiça social”. A macro-tendência crítica, por sua

vez, foi impulsionada por uma conjuntura de redemocratização posterior às duas décadas de ditadura militar, tendo como base os conceitos-chave de cidadania, democracia, participação, emancipação, justiça social e transformação social no âmbito do campo de debate da educação ambiental.

Ao se analisar os dez trabalhos apresentados no referido Eixo todos os trabalhos estão alinhados as características das macro-tendências conservadora e pragmática ao se considerar as práticas educativas de educação ambiental apresentadas nos resultados destes trabalhos.

No campo de macro-tendências estão situados os artigos que abordam a gestão de resíduos sólidos, gestão de mananciais e unidades de conservação, cujas contribuições resultaram em processos de formação de gestores públicos, melhoria da gestão ambiental, aplicação de metodologias e ferramentas participativas, redução de crimes ambientais, além de maior participação e entendimento da comunidade. Tais temas evidenciam aspectos de limites que estão situados num campo das macro-tendências conservadora e pragmática, por se tratarem de práticas e de políticas com características presentes numa pauta “verde” ou “marrom”. Os resultados e discussões apresentadas no eixo analisado indicaram fortes elementos com características das macro-tendências conservadora e pragmática.

## Referências

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Brasília. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso em: 12 de

junho de 2013.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. In: **Ambiente & Sociedade**. São Paulo: ANPPAS, v. 17, nº 1, jan/mar. 2014, p. 23-40. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2017.

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. Deliberação nº 04/13, de 12 de novembro de 2013. **Estabelece as Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná**. Disponível em: <http://www.cee.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=309>. Acesso em: 17 de julho de 2017.

SAUVÉ, Lucie. Uma Cartografia das correntes em educação ambiental. In: **Educação & Pesquisa**, Educação Ambiental: possibilidades e limitações. São Paulo: ANPPAS, v.31, n. 2, maio/ago/2005, p. 317-332. Disponível em: <http://www.foar.unesp.br/Home/projetoviverbem/sauve-ea-possibilidades-limitacoes-meio-ambiente---tipos.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2017.